

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Srs. Acionistas,  
A Administração do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., banco múltiplo privado, líder do Conglomerado Prudencial Bari, composto ainda da Bari Companhia Hipotecária e da Bari Securitizadora S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as respectivas Demonstrações Financeiras, incluindo o relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019. O Conglomerado é especializado em dois produtos, quais sejam: crédito consignado e crédito imobiliário, este com derivações, como financiamentos para aquisição de imóveis, compra de carteiras de recebíveis imobiliários e empréstimos com garantia de imóveis. **Fatos Marcantes:** No período houve mudanças, devidamente aprovadas pelo Banco Central do Brasil, nos aspectos de identidade do Banco, com a mudança da denominação social de Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A. para Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S.A., com duas carteiras: a) investimentos, e b) crédito, financiamento e investimentos, e do logotipo da instituição. Afirma, ainda, a alteração do objeto social, com a inserção da modalidade operacional de instituição de pagamento.

**Iniciativas Inovadoras:** O desenvolvimento de ações múltiplas para introduzir o conceito de banco digital, com a evolução de medidas que resultaram no lançamento do "Bari Card", em parceria com a bandeira Elo, e avanços nas atividades para disponibilização da conta digital, prevista para o primeiro quadrimestre de 2020. Espera-se que o Banco, assim, ingresse em nova era operacional, oferecendo maior gama de produtos aos nossos clientes, atingindo camadas mais representativas de investidores e demandadores de créditos.

**Destaques Operacionais**  
Apresentamos, a seguir, os números alcançados, que mostram a evolução ocorrida no exercício de 2019 a nível de Conglomerado:

- a) Patrimônio Líquido: R\$ 98,1 milhões frente a R\$ 83,2 em 2018, com crescimento de 17,9%;
  - b) Ativos de Crédito: R\$ 700,2 milhões em 31.12.2019, e R\$ 581,2 em 31.12.2018, aumento de 20,46%;
  - c) Captação (CDBs e LCIs, em especial): R\$ 634,5 milhões em 31.12.2019 e R\$ 234,6 milhões em 31.12.2018, ampliação de 170,5%;
  - d) Índice de Basileia: 19,6% em 31.12.2019 e em 31.12.2018;
  - e) ROE: 24,13% em 31.12.2019 e 39,06% em 31.12.2018; e
  - f) Lucro Líquido: R\$ 21,5 milhões em 31.12.2019 e R\$ 27,4 milhões em 31.12.2018.
- Vale ressaltar que o lucro líquido, conquanto em nível que julgamos deveras positivo, teve impactos internos e externos, como o representativo investimento para a introdução do banco digital em nossa plataforma e aqueles decorrentes do cenário macroeconômico. Realçamos ainda, como ponto positivo, a redução da inadimplência e maior apelite para tomada de financiamentos.

**Relação com Auditores Independentes**  
O Conglomerado contratou os serviços da KPMG – Auditores Independentes para atendimento dos ditames da Instrução CVM 381, objetivando a revisão das informações e documentos gerados no seu âmbito, assegurando a devida independência a aqueles auditores.

**Agradecimentos**  
A Administração do Banco Bari vem agradecer aos acionistas, clientes, fornecedores, e parceiros a confiança depositada e ressaltar o desempenho de nossos colaboradores que possibilitou o crescimento que experimentamos no exercício de 2019.

Curitiba (PR), 28 de fevereiro de 2020.

Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro  
Diretor Presidente

**Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)**

	Nota	2º sem/2019	31/12/2019	31/12/2018
Receitas da intermediação financeira		26.563	53.229	57.765
Operações de crédito	7	26.949	54.776	57.170
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	6.c	1.564	3.185	2.559
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	6.c	(1.950)	(4.732)	(1.964)
Despesas da intermediação financeira		(10.877)	(21.936)	(20.834)
Operações de captação no mercado	11.c.1	(8.921)	(18.386)	(19.460)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.b.1	(1.950)	(3.550)	(1.374)
Resultado bruto da intermediação financeira		15.886	31.293	36.931
Outras receitas (despesas) operacionais		(2.363)	(6.717)	(1.758)
Receita de prestação de serviços		1.018	1.919	1.918
Despesas pessoais		(1.573)	(3.316)	(3.349)
Outras despesas administrativas	18	(6.773)	(13.959)	(11.255)
Despesas tributárias		(1.109)	(2.282)	(2.165)
Resultado de participação em coligadas e controladas	16	4.510	9.981	14.369
Outras receitas operacionais		1.369	1.870	676
Outras despesas operacionais		(5)	(30)	(35)
Resultado operacional		13.123	24.576	35.173
Resultados não operacionais		60	89	270
Resultado antes da tributação sobre o lucro		13.183	24.665	35.443
Imposto de renda e contribuição social	19	(1.844)	(3.158)	(8.042)
Provisão para imposto de renda		(1.923)	(2.584)	(4.725)
Provisão para contribuição social		(1.310)	(1.728)	(3.935)
Ativo fiscal diferido	19.c	1.389	1.154	618
Lucro líquido do semestre e exercícios		11.339	21.507	27.401
Juros sobre o capital próprio	15.a	5.000	(5.040)	(3.985)
Quantidade de ações		50.000	50.000	45.000
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$ 1,00		0,2268	0,4301	0,6089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 30 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de reais)**

	2ºSem/2019	31/12/2019	31/12/2018
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do semestre/exercício	8.899	16.467	23.416
Ajustes para:			
Depreciações e amortizações	142	252	157
Equivalência patrimonial	(4.510)	(9.981)	(14.369)
Resultado com instrumentos derivativos	1.951	4.732	1.965
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.950	3.550	1.374
Provisão para riscos de ativos, fiscais e trabalhistas	-	(17)	(145)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	3.233	4.312	8.860
Ativo fiscal diferido	(1.389)	(1.154)	(618)
Residual alienação imobilizado	(34)	(34)	-
Participação dos empregados	140	237	323
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Títulos e valores mobiliários	1.059	5.180	(25.945)
Operações de crédito	(19.426)	(15.602)	(18.853)
Outros créditos	(1.268)	(2.154)	(1.728)
Outros valores e bens	179	677	3.243
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Depósitos interfinanceiros e a prazo	75.016	120.094	28.407
Recursos de aceites cambiais	(35.803)	(105.990)	12.138
Instrumentos derivativos	-	(2.804)	-
Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados	(10)	(6)	21
Obrigações sociais e estatutárias	(218)	(767)	3.097
Obrigações fiscais e previdenciárias	89	(5.860)	(4.230)
Outras obrigações	8.588	12.420	(2.490)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(1.402)	(2.261)	(2.555)
<b>Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais</b>	37.192	21.294	11.868
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Dividendos recebidos	-	1.987	354
Aquisições de investimentos	(1.620)	(1.670)	(354)
Aquisições de imobilizado	(423)	(908)	(525)
Adições ao intangível	(4.743)	(4.760)	(27)
Baixa do intangível	22	22	-
Alienação do imobilizado	37	37	-
<b>Caixa líquido (utilizado) nas atividades de investimentos</b>	(6.727)	(5.292)	(552)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Aumento de capital	-	-	366
Pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos	-	(4.228)	(5.480)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	-	(4.228)	(5.114)
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>	30.465	11.774	6.202
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	24.385	43.076	36.874
Caixa e equivalentes de caixa no final do semestre/exercício	54.850	54.850	43.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Valores expressos em milhares de Reais)**

	Nota	31/12/2019	31/12/2018		Nota	31/12/2019	31/12/2018
<b>Circulante</b>		151.695	146.786	<b>Passivo</b>		80.665	126.406
Disponibilidades	4	145	583	<b>Circulante</b>		80.665	126.406
Aplicações interfinanceiras de liquidez	4   5	54.705	42.493	Depósitos		16.813	19.938
Aplicações em depósitos interfinanceiros		54.705	42.493	Depósitos interfinanceiros	11.a	15.009	-
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos derivativos	6	25.766	30.946	Depósitos a prazo	11.b	1.804	18.938
Carteira própria	6.a	25.766	30.946	Recursos de aceite de emissão de títulos	11.c	45.295	92.374
Operações de crédito		68.326	67.998	Recursos de aceites cambiais		45.295	92.374
Setor privado	7	70.583	69.134	Instrumentos derivativos financeiros	6.b	2.431	2.756
(Provisão para operação de crédito de liquidação duvidosa)	7.b.1	(2.257)	(1.136)	Instrumentos financeiros derivativos		2.431	2.756
Outros créditos	8	2.701	4.357	Outras obrigações		16.126	12.338
Diversos		2.701	4.357	Cobrança e arrecadação de títulos assemelhados		23	29
Outros valores e bens	9	52	409	Sociais e estatutárias		4.097	3.073
Despesas antecipadas		52	409	Fiscais e previdenciárias	12	2.760	6.750
<b>Não circulante</b>		233.181	202.630	Diversas	13	9.246	2.486
Ativo realizável a longo prazo		187.586	171.679	<b>Não circulante</b>		207.360	141.635
Operações de crédito		182.225	170.501	Passivo exigível a longo prazo		207.360	141.635
Setor privado	7	184.700	172.063	Depósitos	11.b	149.302	27.063
(Provisão para perdas em operações de crédito)	7.b.1	(2.475)	(1.562)	Depósitos a prazo		149.302	27.063
Outros créditos	8	4.861	678	Recursos de aceite de emissão de títulos	11.c	54.085	112.986
Diversos		5.188	1.005	Recursos de aceites cambiais		54.085	112.986
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)		(327)	(327)	Instrumentos derivativos financeiros	6.b	3.557	1.304
Outros valores e bens	9	500	500	Instrumentos financeiros derivativos		3.557	1.304
Outros valores e bens		1.250	1.250	Outras obrigações		416	252
(Provisão para desvalorização)		(750)	(750)	Fiscais e previdenciárias		181	252
<b>Permanente</b>		45.595	30.951	Diversas	13	235	252
Investimentos		39.335	30.082	<b>Patrimônio líquido</b>	15	96.851	81.375
No país	10	39.332	30.079	Capital social			
Outros investimentos		3	3	De domiciliados no país	15.a	50.000	50.000
Imobilizado de uso		1.487	796	Reservas de lucros	15.b e 15.c	46.851	31.375
Outras imobilizações de uso		2.741	1.936				
(Depreciação acumulada)		(1.254)	(1.140)				
Intangível		4.773	73				
Ativos intangíveis		5.182	460				
(Amortização acumulada)		(409)	(387)				
<b>Total de ativos</b>		384.876	349.416	<b>Total de passivo</b>		384.876	349.416

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 e semestre findo em 31 de dezembro de 2019 (Valores expressos em milhares de Reais)**

	Nota	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros Estatutária / Especial	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2018</b>		45.000	611	13.305	-	58.916
Aumento de capital aprovado pelo BACEN		5.000	-	(4.634)	-	366
Lucro líquido do exercício		-	-	-	27.401	27.401
<b>Destinações:</b>						
Constituição de reserva		-	1.370	20.723	(22.093)	-
Juros sobre capital próprio	15.d.1	-	-	-	(3.985)	(3.985)
Dividendos	15.d.1	-	-	-	(1.323)	(1.323)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2018</b>		50.000	1.981	29.394	-	81.375
<b>Mutações do exercício</b>		5.000	1.370	16.089	-	22.459
<b>Saldos em 1 de julho de 2019</b>		50.000	2.490	36.031	-	88.521
Lucro líquido do semestre		-	-	-	11.339	11.339
<b>Destinações:</b>						
Constituição de reserva		-	566	7.764	(8.330)	-
Juros sobre capital próprio	15.d.1	-	-	-	(2.440)	(2.440)
Dividendos	15.d.1	-	-	-	(569)	(569)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		50.000	3.056	43.795	-	96.851
<b>Mutações do semestre</b>		-	566	7.764	-	8.330
<b>Saldos em 1 de janeiro de 2019</b>		50.000	1.981	29.394	-	81.375
Lucro líquido do exercício		-	-	-	21.507	21.507
<b>Destinações:</b>						
Constituição de reserva		-	1.075	14.401	(15.476)	-
Juros sobre capital próprio	15.d.1	-	-	-	(5.040)	(5.040)
Dividendos	15.d.1	-	-	-	(991)	(991)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		50.000	3.056	43.795	-	96.851
<b>Mutações do exercício</b>		-	1.075	14.401	-	15.476

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Notas explicativas às demonstrações financeiras (Valores expressos em reais - R\$ mil, exceto se indicado de outra forma)**

**1 Contexto operacional**

No segundo semestre de 2018, a mudança dos objetivos sociais da Bari S/A – Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financiadora"), passando a se constituir sob a forma de banco múltiplo, com duas carteiras: a) Investimentos, e b) crédito, financiamento e investimentos, e sob a denominação de Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A ("Banco"). O Banco, com ênfase no crédito pessoal e servidores públicos de estados e municípios, beneficiários do INSS com desconto consignado em folha de pagamento, representando parcela preponderante do total de créditos, a que se somam empréstimos a pessoas físicas e jurídicas e com sem garantias de bens e empréstimos para capital de giro. As operações de crédito consignado mostram a postura conservadora da sociedade, com concentração em convênios com órgãos públicos que não apresentaram atrasos nos repasses dos descontos efetuados e consequente nível reduzido de inadimplência. Quanto aos negócios da carteira de investimentos, estão sendo estruturadas para, progressivamente, estarem disponíveis para os clientes, na sua integralidade, em 2020.

**2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras**

**a. Base de elaboração das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações, inclusive com as alterações das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, adaptadas às normas do Banco Central do Brasil (BACEN) através dos critérios estabelecidos no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF) e de outros regulamentos dessa Instituição, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo (BACEN). Em reunião de Diretoria, realizada em 28 de fevereiro de 2020, foram aprovadas estas demonstrações financeiras.

**b. Uso de estimativas e julgamentos**

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis do Banco e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são de forma contínua e reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material nos exercícios seguintes estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.f.ii e 7.b – critério de provisionamento: mensuração para perdas com operações de crédito;
  - Nota explicativa 6.b. – determinação do valor justo dos títulos e instrumentos financeiros derivativos;
  - Nota explicativa 9 – estimativa de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de outros valores e bens (bens não de uso);
  - Nota explicativa 14 – reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.
  - Nota explicativa 19 – reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados (realizados);
- Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião de 28 de fevereiro de 2020.

**c. Moeda funcional**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da instituição. Todas as informações apresentadas em Real foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

**3 Principais práticas contábeis**

iii) Operações vendidas há mais de 60 dias - as rendas das operações de crédito vendidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

**g. Despesas antecipadas**  
Correspondem principalmente as comissões pagas a correspondentes credenciados são diferidas contabilmente de acordo com o prazo residual dos contratos, entretanto o prazo máximo considerado para efeitos deste diferimento é 31 de dezembro de 2019. Contudo, para os contratos originados a partir de 2015, tais comissões são apropriadas ao resultado de acordo com as disposições da Resolução nº 4.294 do Conselho Monetário Nacional e Circular Bacen 3.378/14.

**h. Investimentos**  
Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Outros investimentos foram mantidos ao custo de aquisição, deduzidos, quando aplicável, da provisão para redução ao seu valor de realização.

**i. Ativo imobilizado**  
Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens do Banco.  
É demonstrado pelo custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear, mediante as aplicações das seguintes taxas anuais fixadas por espécie de bens. O saldo contábil do imobilizado não supera seu provável valor de recuperação e foi submetido a teste de *impairment*. As taxas de depreciação anuais são:

Taxa - %	2019	2018
Equipamentos de informática	20%	20%
Veículos, utensílios e equipamentos de uso pessoal	10%	10%
Sistema de transporte	20%	20%
Gastos de organização e expansão	20%	20%

**j. Ativo intangível**  
Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico, os quais estão demonstrados pelo custo de aquisição, ajustado por amortizações acumuladas, com taxas anuais como segue:

Taxa - %	2019	2018
Ativos intangíveis	20%	20%

O saldo contábil dos ativos intangíveis, registrados na rubrica de ativo intangível não superam seus prováveis valores de recuperação e foram submetidos a teste de *impairment*.

**k. Outros ativos e passivos**  
Os valores estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base "pro-rata" dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base "pro-rata" dia).

**l. Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (impairment)**  
É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor de contabilização de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período.

Os valores dos ativos não financeiros são revisados, no mínimo, anualmente para determinar se há alguma indicação de perda por *impairment*.

**m. Depósitos e captações no mercado aberto**  
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

**n. Recursos de aceites e emissão de títulos**  
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro-rata" dia.

**o. Ativos e passivos contingentes**  
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais estão de acordo com os critérios definidos na Carta Circular BACEN nº 3.429/10 e na Resolução CMN nº 3.823/09, esta que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

**• Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.

**• Passivos contingentes** - são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota.

**• Provisões** - são reconhecidas quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, se for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas, fiscais e cíveis classificadas como perda provável pelos assessores jurídicos e prováveis pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da administração e divulgadas em notas explicativas.

**• Obrigações legais** - fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais ou administrativas onde estão sendo contestadas a legalidade ou constitucionalidade de tributos e contribuições, e são provisionadas.

**• Depósitos judiciais** - são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões, em atendimento às normas do Banco Central do Brasil (BACEN).

**p. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o Lucro Líquido**  
A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10%, quando aplicável, e inclui incentivos fiscais, cuja opção é formalizada na declaração de rendimentos. A contribuição social sobre o lucro foi constituída à alíquota de 15% (20% para o exercício de 2018, conforme Lei nº 13.169/15).

A Emenda Constitucional 103/2019, eleva a alíquota da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) para 20% a partir de 01.03.2020.

**Impostos diferidos**  
Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual o Banco espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, os créditos tributários são registrados na medida em que se considera provável sua recuperação em base à geração de lucros tributáveis futuros.

Adicionalmente, conforme requerido pela legislação fiscal, os juros sobre o capital próprio devem compor a redução da base de cálculo pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica de imposto de renda e contribuição social, uma vez que a contabilização, a partir de fevereiro de 2019, passou a ser no Patrimônio Líquido, afetando o lucro líquido do período.

**q. Eventos subsequentes**  
Evento subsequente ao período a que se referem as demonstrações financeiras é aquele evento, favorável ou não, que ocorre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual é autorizada a emissão destas demonstrações. Não houveram eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2019.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2019	2018
Disponibilidades		
Caixa	6	4
Depósitos bancários	118	579
Reservas livres	21	-
Aplicações interfinanceiras (a) (nota explicativa 5)	54.705	42.493
TOTAL	54.850	43.076

(a) As aplicações financeiras que possuem prazo de vencimento de até 90 dias e as que possuem como característica a possibilidade de liquidação ou resgate a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos auferidos até o momento do resgate foram considerados como caixa e equivalentes de caixa.

**5 Aplicações interfinanceiras de liquidez**  
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, as aplicações interfinanceiras de liquidez estão representadas por aplicações em depósitos interfinanceiros conforme segue:

Título	Dezembro/2019		Dezembro/2018	
	Taxa	Curto prazo	Taxa	Curto Prazo
DI (pós)	100% CDI	40.386	99,25% CDI	39.942
DI (pré)	4,40% a.a.	14.319	3,58% a.a.	2.551
Total		54.705		42.493

## 6 Títulos e Valores Mobiliários e instrumentos derivativos

### a. Títulos e valores mobiliários

	Vencimento	2019		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
LFT - Mantido para negociação	01/03/2021 a 01/03/2024	9.200	9.200	-
Debentures - Mantido até o vencimento	16/03/2020 a 15/11/2022	8.323	8.323	-
Certificado de recebíveis imobiliários	12/01/2030	3.000	3.000	-
Letra financeira	15/03/2021	3.148	3.148	-
Certificado de depósitos bancários	20/03/2020	2.095	2.095	-
Total		25.766	25.766	-

Carteira Própria	Vencimento	2018		
		Valor de mercado	Valor de curva	Ajuste a valor de mercado
Cotas Fundo de Investimentos	Indeterminado	30.946	30.946	-

**b. Instrumentos financeiros derivativos**  
A carteira de instrumentos financeiros derivativos é formada integralmente por contratos de "swap", envolvendo outras instituições financeiras, os quais estão registrados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos - B3. Esses contratos são utilizados para proteção de parte da carteira de empréstimos corrigidos pelo mesmo indexador, como demonstrada a seguir:

Posição ativa	Data de vencimento	Valor referencial	Contas de compensação	Diferencial a receber / (a pagar)	
				2019	2018
Pré-Fixada	01/04/2019	-	-	71.208	-
Pré-Fixada	20/07/2020	40.000	43.496	-	42.350
Pré-Fixada	01/07/2022	50.000	51.721	-	-
Total		90.000	95.216	113.558	-

Posição passiva	Data de vencimento	Valor referencial	Contas de compensação	Diferencial a receber / (a pagar)	
				2019	2018
CDI	01/04/2019	-	-	68.452	(2.756)
CDI	20/07/2020	40.000	45.927	(2.431)	41.046
CDI	01/07/2022	50.000	55.278	(3.557)	-
Total		90.000	101.205	(5.988)	(4.060)

### c. Resultado com aplicações interfinanceiras, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos

	2º sem/2019	2019	2018
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez	550	1.285	1.415
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.014	1.900	1.144
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(1.950)	(4.732)	(1.964)
Total	(386)	(1.547)	595

### 7 Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

#### a. Composição da carteira de crédito, por tipo de operação:

	2019		2018	
	Carteira	Distrib.	Carteira	Distrib.
Empréstimo com garantia	266	0,10%	299	0,12%
Crédito pessoal	226.168	88,60%	240.874	99,87%
Financiamentos imobiliários	28.849	11,30%	-	-
CDC	-	-	24	0,01%
Total	255.283	100,00%	241.197	100,00%
Circulante	70.583	-	69.134	-
Não Circulante	184.700	-	172.063	-

#### b. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

##### b.1 Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Sem/2019	2019	2018
Saldo inicial semestre/exercício	(3.543)	(2.698)	(2.529)
Constituição	(1.956)	(3.550)	(1.374)
Baixa para prejuízo	767	1.516	1.205
Total semestre/exercício	(4.732)	(4.732)	(2.698)
Circulante	(2.257)	(2.257)	(1.136)
Não Circulante	(2.475)	(2.475)	(1.562)

Foram registrados na rubrica contábil "recuperação de créditos baixados como prejuízo", no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 o montante de R\$ 627 e R\$ 1.112 (R\$ 1.248 em 2018).

As operações de crédito refinanciados no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019, totalizaram R\$82.994 e R\$ 161.229 (R\$ 164.778 em 2018). Estas operações estão classificadas de acordo com a Resolução CMN 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

##### b.2 Prazo de realização dos contratos, por vencimento das parcelas

	2019	2018
<b>A vencer:</b>		
até 3 meses	16.795	16.417
de 3 meses a 12 meses	52.100	51.755
de 1 a 3 anos	99.379	94.805
de 3 a 5 anos	54.255	51.565
de 5 a 15 anos	30.754	25.693
acima de 15 anos	311	-
<b>Total a vencer</b>	<b>253.594</b>	<b>240.235</b>

	2019	2018
Vencidos	1.688	962
<b>Total</b>	<b>255.283</b>	<b>241.197</b>
Circulante	70.583	69.134
Não Circulante	184.700	172.063

##### b.3 Composição da carteira e provisão para créditos de liquidação duvidosa por rating

O somatório da carteira de operações de crédito e o valor da respectiva provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 estão segregados de acordo com as normas vigentes e assim representados:

Nível	Situação	% de Provisão	Setor			2019			2018		
			Indústria	Serviços	Pessoa Física	Total	Valor da Provisão	Total	Valor da Provisão		
AA	Normal	0,00%	240	-	-	240	-	-	-	-	-
A	Normal	0,50%	25.311	819	213.455	239.585	(1.198)	226.963	(1.135)	-	-
B	Normal	1,00%	908	-	5.366	6.274	(63)	7.328	(73)	-	-
	Vencido	-	-	-	1.553	1.553	(16)	1.575	(16)	-	-
C	Normal	3,00%	-	-	978	978	(29)	689	(21)	-	-
	Vencido	-	-	-	1.130	1.130	(34)	1.736	(52)	-	-
D	Normal	10,00%	-	-	649	649	(65)	100	(10)	-	-
	Vencido	-	-	-	268	268	(27)	778	(78)	-	-
E	Normal	30,00%	-	-	40	40	(12)	5	(2)	-	-
	Vencido	-	-	-	1.140	1.140	(342)	749	(225)	-	-
F	Normal	50,00%	-	-	55	55	(28)	-	-	-	-
	Vencido	-	-	-	564	564	(282)	244	(122)	-	-
G	Normal	70,00%	-	-	26	26	(18)	-	-	-	-
	Vencido	-	-	-	540	540	(378)	216	(151)	-	-
	Normal	-	-	-	-	-	-	72	(72)	-	-
	Vencido	-	-	-	-	-	-	742	(742)	-	-
H	Normal	100,00%	-	-	2.241	2.241	(2.241)	742	(742)	-	-
	Vencido	-	-	-	-	-	-	241.197	(2.698)	-	-
<b>Total</b>			<b>26.219</b>	<b>819</b>	<b>228.005</b>	<b>255.283</b>	<b>(4.732)</b>	<b>241.197</b>	<b>(2.698)</b>		
Circulante			70.583		2.257	70.583	(2.257)	69.134	(1.136)		
Não Circulante			184.700		(2.475)	184.700	(2.475)	172.063	(1.562)		

### 8 Outros créditos

	2019	2018
<b>Circulante</b>		
Serviços prestados a receber	792	-
Adiantamentos e antecipações salariais	42	12
Créditos tributários (nota 19c)	436	3.029
Impostos a recuperar	-	36
Prêmio ou (-) Desconto em operações de crédito	51	-
Títulos e créditos a receber (a)	24	30
Devedores diversos (b)	139	146
Valores a receber de sociedades ligadas	1.163	1.104
Outros (c)	54	-
<b>Total</b>	<b>2.701</b>	<b>4.357</b>
<b>Não circulante</b>		
Depósitos em garantia	205	249
Prêmio ou (-)Desconto em operações de crédito	480	-
Títulos e créditos a receber (a)	327	327
Créditos tributários (nota 19c)	4.176	429
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(327)	(327)
<b>Total</b>	<b>4.861</b>	<b>678</b>

(a) Os valores inscritos em "Títulos e Créditos a Receber", tanto no circulante como no não circulante, representam basicamente: (i) R\$ 103 referentes a falta de repasses de órgãos públicos (R\$ 109 em 2018); e (ii) R\$ 248 representam valores sem características de concessão (R\$ 248 em 2018), este valor encontra-se provisionado para perda em sua totalidade, por se tratar de negociações com lojistas, que estão mantidos em processos de cobrança.

(b) Os valores inscritos em "devedores diversos" estão representados por: R\$ 139 refere-se a valores de remissão de novos contratos (R\$ 148 em 2018);

(c) Os valores inscritos em "outros" é compostos por R\$ 54 de valores a receber relativos a operação com cartão de crédito e outras rendas a receber. (não há valores comparativos em 2018).

## 9 Outros valores e bens

	2019	2018
<b>Circulante</b>		
Despesas antecipadas - Comissões (a)	-	384
Despesas antecipadas - Outros	52	25
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>409</b>
<b>Não circulante</b>		
Bens não de uso (Provisão para desvalorizações)	1.250	1.250
<b>Total</b>	<	

31 de dezembro de 2019 e 2018, não existiam processos de natureza fiscal com risco de perda classificados como provável.

#### d. Passivos Contingentes

Os passivos contingentes classificados como risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e estão representados, em 31 de dezembro de 2019, por processos de natureza cível no montante de R\$517 (R\$ 949 em 2018).

O Banco possui processos de natureza trabalhista classificados como risco de perda possível no montante de R\$ 110 (R\$ 110 em 2018).

Não há processos de natureza fiscal classificados como risco de perda possível.

#### 15 Patrimônio líquido

##### a. Capital Social

Durante o exercício de 2018, as acionistas propuseram aumento de capital social de acordo com a Lei nº 6.404/76, no montante de R\$ 5.000 (cinco milhões de reais), sendo R\$ 4.634 oriundos de reservas de lucros e R\$ 366 em espécie. Este aumento de capital social, teve aprovação do BACEN, e foi registrado através da 34ª AGE de 31 de outubro de 2018. O valor do capital social passou de R\$ 45.000 (quarenta e cinco milhões de reais) para R\$ 50.000 (cinquenta milhões de reais), sendo R\$ 49.000 (quarenta e nove milhões de reais) em ações ordinárias e nominativas e R\$ 1.000 (um milhão de reais) em ações preferenciais nominativas.

	Participação %	Total ações
Acionistas		
Bordin Administração e Incorporações Ltda.	35,4751%	17.737.550
Enio Fornea Junior	11,7600%	5.880.000
Ivo Luiz Roveda	24,1869%	12.093.450
Antonio Bordin Neto	6,9745%	3.487.250
Maria Teresa Fornea Caron	0,0035%	1.750
Evaldo Leandro Perussolo	2,0000%	1.000.000
Rodrigo Oliveira de Araújo Pinheiro	19,6000%	9.800.000
Total	100,0000%	50.000.000

##### b. Reserva legal

Conforme determina o art. 193 da Lei nº 6.404/76, 5% (cinco por cento) do lucro líquido será aplicado na constituição de reserva legal, antes de qualquer outra destinação, até o limite de 20% do capital social integralizado, podendo ser utilizada para futuro aumento de capital social e/ou compensação de prejuízos acumulados.

##### c. Reserva estatutária

A reserva estatutária é composta do residual do lucro ajustado, depois da distribuição para Reserva Legal e Dividendos.

##### d. Dividendos e Juros sobre Capital próprio

O estatuto social determina que seja assegurado aos acionistas o pagamento do dividendo mínimo obrigatório de 6% (seis por cento) do lucro líquido, após a destinação da reserva legal e das reservas para contingências, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº. 6.404/76 das Sociedades por Ações. O Banco poderá, por deliberação do Conselho de Administração, com aprovação prévia da Assembleia Geral, distribuir lucros aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, conforme as normas estabelecidas em lei, em substituição total, parcial dos dividendos obrigatórios ou intermediários.

Conciliação Dividendos e JCP a pagar	Valor Provisi-onado	Valor de imposto retido	Valor liq. a pagar/receber	Valor Pago	Data Pagto	Deliberado por
Juros sobre capital próprio - JCP - 2017	3.575	(536)	3.039	(3.039)	10/05/2018	23º AGO 30/04/2018
Dividendos propostos em 2018	1.323	-	1.323	(565)	Pagto parcial em 12/11/2018	24º AGO 30/04/2019
Dividendos 2018 pagos	-	-	-	(744)	Pagto parcial em 16/05/2019	30/04/2019
Juros sobre capital próprio - JCP - 2018	3.985	(595)	3.390	(1.394)	Pagto parcial em 12/11/2018	deliberado 24º AGO 30/04/2019
Juros sobre capital próprio - JCP - 2018 pagos	-	-	-	(1.996)	Pagto saldo residual em 16/05/2019	30/04/2019
Juros sobre capital próprio - JCP - 2019	5.040	(756)	4.284	(1.488)	Pagto parcial em 16/05/2019	deliberado
Dividendos propostos em 2019	991	-	991	-	-	-
Total	14.914	(1.887)	13.027	(9.226)	-	-

##### d.1 Cálculo para constituição de dividendos mínimos obrigatórios

	2º semestre de 2019	Exercício de 2019	Exercício de 2018
<b>Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (6%)</b>			
Lucro líquido do exercício / período	11.339	21.507	27.401
Reserva legal (5%)	(571)	(1.075)	(1.370)
Juros sobre o capital próprio	(2.440)	(5.040)	(3.985)
<b>Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>8.328</b>	<b>15.392</b>	<b>22.046</b>
Dividendos mínimos obrigatórios (6%)	(569)	(991)	(1.323)

##### 16 Transações entre partes relacionadas

	2019		2018	
	Direitos / (obrigações)	Receitas (Despesas)	Direitos / (obrigações)	Receitas (Despesas)

<b>Pessoas físicas</b>				
Captação (d)	(5.435)	-	(191)	-
Remuneração administradores	-	-	(143)	-
Juros sobre capital próprio/dividendos	(2.410)	-	(3.252)	-
<b>Controladas (a)</b>				
Serviços prestados a receber	704	714	-	-
Aplicações interfinanceiras	40.386	543	-	452
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	(137)
Utilização de Estrutura Compartilhada (c)	459	-	189	1.981
Dividendos	618	-	899	-
Captação (d)	(1.395)	-	(82)	(256)
<b>Pessoas jurídicas</b>				
Juros sobre capital próprio/dividendos	(1.325)	-	(1.788)	-
Captação (d)	(31.423)	-	(642)	(41.212)
Utilização de Estrutura Compartilhada (c)	13	-	(17)	(84)
Prestação de serviços (b)	(121)	-	(1.282)	(105)
Aluguel comercial	(12)	-	(207)	(9)

\* São partes relacionadas pessoa jurídica, as seguintes empresas: (i) Bari Companhia Hipotecária, (ii) Bari Securitizadora S.A.; (iii) Bari Service de Crédito Ltda.; (iv) Bordin Administração e Incorporação Ltda.; (v) Barigui Veículos Ltda.; (vi) Central Brasileira de Cobrança Ltda.; (vii) Bari Cards Serviços Financeiros Ltda.; (viii) Barigui Gestão de Recursos Ltda.; (ix) Enio Fornea e Cia Ltda.; (x) Center Automóveis Ltda.; (xi) Espaço Automóveis Ltda.; (xii) GFA Incorporações Ltda.; (xiii) Amambay Participações Ltda.; (xiv) Fórmula Automóveis Ltda.; (xv) Instituto Barigui; (xvi) Marumbi Investimentos Ltda.; (xvii) Bari Promotora de Serviços de Apoio de Escritório Ltda.

(a) Controladas: Bari Companhia Hipotecária, Bari Securitizadora S.A., Barigui Gestão de Recursos Ltda.

(b) Prestação de serviços referem-se a: serviços de correspondente bancário, assessoria de cobranças, assessoria administrativa.

(c) As partes relacionadas celebraram um Contrato de Prestação de Serviços Operacionais com o objetivo de compartilhar custos de natureza administrativa e técnica em virtude de possuírem uma mesma estrutura administrativa.

(d) Referem-se a Recursos de aceites cambiais (LC) e Certificados de depósitos bancários (CDB).

##### 17 Política de remuneração

O Banco remunera três membros de sua Diretoria Executiva, atendendo a Resolução CMN nº 3.921, de 25 de novembro de 2011. Tal remuneração é de natureza fixa, portanto não contemplando parcela variável. O valor no semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2019 está representado por R\$ 66 e R\$ 143 respectivamente (R\$ 745 em 2018).

#### Aos Conselho de Administração e Diretores da

#### Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A

(Anteriormente denominado Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S/A)

Curitiba - PR

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A ("Banco"), anteriormente denominado Banco Barigui de Investimentos e Financiamentos S/A que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Bari de Investimentos e Financiamentos S/A em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante,

#### 18 Outras despesas administrativas

	2º sem/2019	2019	2018
Despesas com serviços terceirizados (a)	(1.951)	(4.043)	(6.504)
Despesas de processamento de dados	(1.319)	(3.276)	(579)
Despesa com serv. téc. especializados	(1.337)	(2.478)	(1.239)
Despesas com manutenção e conservação de bens	(259)	(661)	(159)
Despesas com viagens	(124)	(435)	(611)
Despesas de comunicação	(247)	(482)	(288)
Despesas com acordo judicial	(112)	(325)	(90)
Despesas serviço sistema financeiro	(103)	(218)	(236)
Despesas com propaganda e publicidade	(319)	(433)	(11)
Despesas de aluguel comercial	(136)	(250)	(131)
Despesas com amortização/depreciação	(142)	(252)	(157)
Despesas de seguros	(60)	(135)	(554)
Despesa de transporte	(28)	(71)	(66)
Despesas judiciais e cartório	(51)	(77)	(56)
Despesas com consultas SPC/Serasa	(26)	(61)	(5)
Outras despesas	(559)	(772)	(485)
Total	(6.773)	(13.959)	(11.255)

(a) Refere-se a:

- apropriação de despesas, no semestre e exercício, com comissões de correspondentes no montante de R\$ 875 e R\$ 2.248 (R\$ 5.325 em 2018);
- assessoria, no semestre e exercício, de cobrança correspondentes no montante de R\$ 172 e R\$ 340 (R\$ 289 em 2018);
- despesas custas de repasse à órgãos públicos, no semestre e exercício, correspondentes no montante de R\$ 381 e R\$ 814 (R\$715 em 2018);
- outras despesas pulverizadas, no semestre e exercício, correspondentes no montante de R\$ 523 e R\$ 641 (R\$ 1.775 em 2018).

##### 19 Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

##### a. Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º Sem/2019	2019	2018
Provisão para imposto de renda	(1.923)	(2.640)	(4.624)
Provisão para contribuição social	(1.290)	(1.741)	(3.852)
Total	(3.213)	(4.381)	(8.476)
Ativo fiscal diferido	1.389	1.154	618
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos	(20)	69	(184)
Total	(1.844)	(3.158)	(8.042)

##### b. Conciliação do imposto de renda e contribuição social no resultado

	2º semes-tre/2019	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social, juros sobre o capital próprio	13.183	24.665	35.443
Juros sobre capital próprio	(2.440)	(5.040)	(3.985)
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	10.743	19.625	31.458
Encargo Total do Impostos de Renda e Contribuição Social às alíquotas de 25% e 15%, respectivamente	(4.297)	(7.850)	(14.156)
<b>Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:</b>			
Adições Temporárias	(865)	(3.417)	(3.028)
Adições Permanentes	(69)	(69)	-
<b>Exclusões:</b>			
Equivalência	1.804	3.993	6.843
Provisões temporárias períodos anteriores	-	-	2.702
Deduções fiscais	214	236	208
Outros	-	-	24
<b>Impostos de Renda e Contribuição Social - correntes</b>	<b>(3.213)</b>	<b>(4.381)</b>	<b>(8.476)</b>

##### c. Movimentação dos créditos tributários

	Saldo inicial em Janeiro/2019	Saldo final em Junho/2019	Consti-tuição	Rever-são	Saldo final em Dezembro/2019
<b>Imposto de renda</b>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	660	589	86	(30)	645
Provisão para contingências	63	64	4	(9)	59
Provisão MTM	1.171	1.110	706	(218)	1.598
Outras provisões	267	251	50	(41)	260
<b>Créditos Tributários de IRPJ</b>	<b>2.161</b>	<b>2.014</b>	<b>846</b>	<b>(798)</b>	<b>2.062</b>
<b>Contribuição social</b>					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	396	353	180	(18)	515
Provisão para contingências	38	38	11	(2)	47
Provisão MTM	703	666	744	(131)	1.279
Outras provisões	160	151	82	(74)	200
<b>Créditos Tributários de CSLL</b>	<b>1.297</b>	<b>1.208</b>	<b>1.017</b>	<b>(474)</b>	<b>2.050</b>
Total de créditos tributários de CSLL e IRPJ	3.458	3.222	1.863	(473)	4.612

Considerando a expectativa de resultados futuros determinados com base em premissas que incorporam, entre outros fatores, o nível de operações, o atual cenário econômico e as expectativas futuras de taxas de juros, a Administração acredita que os créditos tributários registrados em 31 de dezembro de 2019 tenham sua realização futura da seguinte forma:

	2020	2021	2022	TOTAL
<b>Créditos Tributários de Imposto de Renda</b>				
Diferenças Temporária	242	2.133	187	2.562
Valor Presente	231	1.945	171	2.347
<b>Créditos Tributários de Contribuição Social</b>				
Diferenças Temporária	194	1.706	150	2.050
Valor Presente	185	1.556	137	1.878

Para fins de determinação do valor presente da realização futura estimada de créditos tributários em cada ano, foi adotada a taxa média de juros das captações de 4,70%.

O Banco não deixou de ativar os créditos tributários durante o exercício de 2019 e 2018.

##### d. Obrigações fiscais diferidas

As obrigações sociais diferidas, no montante de R\$ 161 em 31 de dezembro de 2019 referem-se a imposto de renda e contribuição social sobre o ajuste a valor de mercado do swap (R\$ 250 em 2018).

##### 20 Patrimônio líquido exigido (Acordo da Basileia)

As instituições financeiras estão obrigadas a manter uma relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados conforme regulamentação em vigor (Patrimônio de Referência Exigido - PRE). A partir de julho de 2008, entraram em vigor novas regras de mensuração do capital regulamentar pelo Método Padronizado de Basileia II, com nova metodologia de mensuração, análise e administração de riscos de crédito e riscos operacionais. Este índice em 31 de dezembro de 2019 atingiu, representativo do Conglomerado Prudencial Bari, atendendo preceitos regulamentares.

	2019	2018
Patrimônio de referência	97.162	82.984
Índice de Basileia BACEN	19.55	19.05

##### 21 Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e de Capital

O Banco conta com uma Estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos e Capital, abrangendo, no mínimo, os riscos de Crédito, de Mercado, de Liquidez, de Operacional, de Socioambiental e Gerenciamento de Capital, que possibilita a identificação, a mensuração, a avaliação, o monitoramento, o reporte, o controle e a mitigação de eventuais perdas, seus impactos e probabi-

lidades, aos quais esteja exposto, garantindo que eles estejam em linha com a Declaração de Apetite por Riscos (RAS), políticas, normas, procedimentos e relatórios. As ações acima visam as resultantes decisões, tornando-as mais assertivas e mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e, ainda atendendo às regulações pertinentes em vigor.

A Estrutura é segregada das áreas de negócios, evitando conflitos de interesses, assim garantindo sua independência. Suas diretrizes são formalizadas através de políticas, normas e procedimentos, para maior disseminação e definição dos papéis e responsabilidades dos envolvidos em todos os níveis. Em tal estrutura tem o papel relevante o Comitê de Gerenciamento Integrado de Risco e Capital que subsidiam o Diretor de Riscos e Capital (Chief Risk Officer - CRO) e o Conselho de Administração na tomada de decisões.

As medidas para implementação das providências antes declinadas, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em consonância com a Resolução CMN nº 4.557/17, que dispõe estrutura de gerenciamento de riscos e capital, foi concluído no segundo semestre de 2018. Dentre as principais realizações, destaca-se a aprovação da Declaração de Apetite por Riscos (RAS), que direciona as estratégias de negócios e contempla as diretrizes e limites do apetite a riscos do Banco.

Os principais fatores de risco que afetam os negócios do Banco podem ser considerados como:

##### a. Risco de crédito

Os procedimentos para gerenciamento do Risco de Crédito do Banco envolvem a avaliação de clientes e contrapartes para concessão de créditos, nos aprimoramentos, aferição e elaboração de inventários dos modelos de concessão e recuperação de créditos, aperfeiçoamentos nos levantamentos cadastrais, no monitoramento de concentrações e na identificação de novos produtos que ofereçam riscos de crédito. Visando a mitigação, os limites são aprovados por Comitê de Crédito e revisados regularmente, em conjunto com a suficiência das garantias oferecidas. Além disto, são realizados acompanhamentos frequentes da carteira, com avaliações de sua evolução, inadimplência, provisionamentos e limites de alçadas para aprovação de operações de crédito e/ou recuperação.

##### b. Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação, monitoramento e controle de riscos oriundos de sistemas, pessoas, processos de fraudes internas e externas. A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de riscos, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação. Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no Banco, a área de Risco operacional tem estreita ligação com a área de Segurança de Informação. Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria e ao Conselho de Administração.

Inserir-se, também, a metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem Padronizada Alternativa.

##### c. Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios do Banco e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem. Os procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência estão formalizados nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN) e anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

##### d. Risco de mercado

O gerenciamento de risco de mercado, identificados como aqueles decorrentes das captações e aplicações de recursos financeiros, representados por títulos registrados em centrais de liquidação devidamente autorizadas para tanto, envolvendo recursos de terceiros e próprios, no que tange às variações ditadas por índices de preços e taxas de juros, são gerenciados por meio de metodologias e modelos aderentes e condizentes com a realidade do mercado nacional. Desta forma, objetiva embasar decisões estratégicas do Banco com grande agilidade e alto grau de confiança. Por outro lado, o Banco emprega uma política conservadora na administração de sua exposição a risco de mercado, com diversificação e seleção de investimentos.

##### e. Risco de liquidez

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade do Banco não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportadas ao Diretor Superintendente as projeções de fluxo de caixa, níveis de ativos, as necessidades de tomadas de financiamentos, bem como qualquer informação relevante para o gerenciamento de liquidez, as quais balizam as estratégias de captação e de aplicação de recursos próprios de forma a garantir um nível adequado de liquidez e a segurança do seu capital. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para sua adequação, incluindo a realização de swaps.

O Banco conta com um Plano de Contingência de Liquidez que contempla as estratégias e procedimentos a serem executados em situação de crise.

##### f. Risco de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco para fazer face aos riscos a que está exposto, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos e necessidade de capitalização frente às possíveis mudanças das condições de mercado. Incorpora também as avaliações para atendimento ao Índice de Basileia, em conformidade com o ambiente normativo regulatório.

De forma geral, todos os riscos antes abordados têm ocorrência no eficaz gerenciamento de capital, de maneira à manutenção da liquidez do patrimônio da sociedade.

O Banco realiza testes de estresse (análise de sensibilidade), aplicáveis a cada espécie de risco, avaliando e identificando soluções que o levem a suportar os efeitos assim levantados, mesmo em cenários adversos.

##### g. Risco Socioambiental

A gestão do Risco Socioambiental estabelece princípios, diretrizes e procedimentos e define ações mitigadoras para avaliações específicas sobre a exposição aos riscos relacionados à responsabilidade socioambiental nos negócios e produtos ofertados pelo Banco, incluindo a concessão de crédito e até mesmo a contratação de serviços terceirizados aos fornecedores.

Resaltamos que o risco socioambiental, consoante o prescrito no art. 5º da Resolução CMN nº 4327/2014, está presente no gerenciamento dos demais riscos, a saber:

"O risco socioambiental deve ser identificado pelas instituições mencionadas no art. 1º (instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil) como um componente das diversas modalidades de risco a que estão expostas."

Maiores detalhes sobre a descrição da estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capitais está registrada no endereço eletrônico: [www.bariguicreditointeligente.com.br](http://www.bariguicreditointeligente.com.br) - institucional@gerenciamento de riscos.

Curitiba (PR), 28 de fevereiro de 2020.

DIRETORIA	
RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO Diretor Presidente	
IVALDO LEANDRO PERUSSOLO Diretor Superintendente	MARIA TERESA FORNEA CARON Diretora Executiva
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
IVO LUIZ ROVEDA Presidente	ENIO FORNEA JÚNIOR Vice Presidente
FELIX ARCHANJO BORDIN Conselheiro	ANTÔNIO BORDIN NETO Conselheiro
RODRIGO OLIVEIRA DE ARAÚJO PINHEIRO Conselheiro	
RESPONSÁVEL TÉCNICA CRISTIANE APARECIDA DAMRAT Contadora CRC PR 063966/O-2	

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**  
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade da entidade e o uso